



CLÁUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

6.1. O presente Instrumento tem fundamento na Lei Municipal nº 5571/2015, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente as normas que regem os contratos administrativos e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e no Contrato de Programa 0082/2023.

6.2. O presente Termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando o bem ao status quo ante.

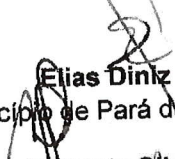
7.2. Poderá ser rescindido unilateralmente pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

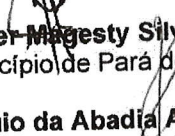
CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

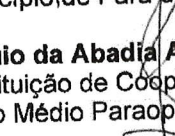
8.1. Os partícipes elegem o foro de Pará de Minas, como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

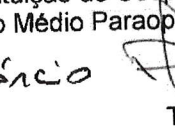
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Pará de Minas, 01 de agosto de 2023.


Elias Diniz
pelo Município de Pará de Minas


Wagner Magesty Silveira
pelo Município de Pará de Minas


Eustáquio da Abadia Amaral
pela Instituição de Cooperação
Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP


Consórcio Público


Carolina Akris G. de Almeida
OAB/RJ 167.340

Testemunha 01

Nome: Jurim Freitas Nogueira Araújo

Identidade: 116.11532.975

Testemunha 02

Nome: Flavio Rodrigues de Lima

Identidade: MG 7167.649


Simluma

1. 2014.10.10 星期一 晴
2. 2014.10.11 星期二 晴
3. 2014.10.12 星期三 晴
4. 2014.10.13 星期四 晴
5. 2014.10.14 星期五 晴
6. 2014.10.15 星期六 晴
7. 2014.10.16 星期日 晴
8. 2014.10.17 星期一 晴
9. 2014.10.18 星期二 晴
10. 2014.10.19 星期三 晴
11. 2014.10.20 星期四 晴
12. 2014.10.21 星期五 晴
13. 2014.10.22 星期六 晴
14. 2014.10.23 星期日 晴
15. 2014.10.24 星期一 晴
16. 2014.10.25 星期二 晴
17. 2014.10.26 星期三 晴
18. 2014.10.27 星期四 晴
19. 2014.10.28 星期五 晴
20. 2014.10.29 星期六 晴
21. 2014.10.30 星期日 晴
22. 2014.10.31 星期一 晴



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



CONTRATO N.º 140/2023
PROCESSO N.º 0451558/2023

**CONTRATO DE PROGRAMA PARA
GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E
EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE
SAÚDE DESENVOLVIDAS NO PROJETO
PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE
ATENÇÃO À SAÚDE, NO QUE DIZ RESPEITO
A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO
MULTIDICIPLINAR, NO MUNICÍPIO DE PARÁ
DE MINAS /MG.**

Por este instrumento de contrato, **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por **Elias Diniz, Prefeito Municipal**, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e **Wagner Magesty Silveira**, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, tendo em vista o que dispõe as Leis Municipais nº 6.057, de 04 de julho de 2017 e nº 6.258, de 21 de novembro de 2018, em consonância com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 regulamentada pelo Decreto nº 6.107, de 17 de janeiro de 2007 e legislação complementar, **RESOLVE** celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** nos termos do art. 75, XI da Lei 14.133/21 com a **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Das Orquídeas, nº 489, bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Institucional, **Sr. Eustáquio da Abadia Amaral**, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, no âmbito municipal, para o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO PROJETO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, NO QUE DIZ RESPEITO A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR, NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS/MG** para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** tem por objeto o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO PROJETO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, NO QUE DIZ RESPEITO A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR, NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS/MG** pela CONTRATADA, conforme cláusulas a seguir, as quais passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

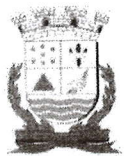
§ 1º – O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia, qualidade e resultados esperados, conforme definidos nos anexos deste instrumento.

§ 2º – A execução material do objeto poderá ser efetivada por contratação de terceiros, mantidas as responsabilidades inerentes à Instituição de Cooperação.

§ 3º – Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, os seguintes anexos:

- Anexo I – Indicadores e Metas;
- Anexo II - Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis;
- Anexo III - Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel;

Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



Anexo IV - Planilha de Estimativa de Custos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I – Na área de gestão:

- 1) Assegurar a organização, administração e gerenciamento dos serviços que são objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento;
- 2) Manter o projeto de fortalecimento da rede de atenção psicossocial, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- 3) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 4) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- 5) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**;
- 6) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- 7) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- 8) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- 9) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Pará de Minas;

II – Na área assistencial:

- 1) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS nas unidades objeto do contrato e garantir:
 - A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
 - A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
 - A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS;
 - A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS.
- 2) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- 3) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

Handwritten signature and initials.

1. The first part of the report deals with the general situation of the country and the progress of the work during the year. It also mentions the results of the various committees and the work of the various departments.

2. The second part of the report deals with the work of the various committees and the work of the various departments. It also mentions the results of the various committees and the work of the various departments.

3. The third part of the report deals with the work of the various committees and the work of the various departments. It also mentions the results of the various committees and the work of the various departments.

4. The fourth part of the report deals with the work of the various committees and the work of the various departments. It also mentions the results of the various committees and the work of the various departments.

5. The fifth part of the report deals with the work of the various committees and the work of the various departments. It also mentions the results of the various committees and the work of the various departments.

6. The sixth part of the report deals with the work of the various committees and the work of the various departments. It also mentions the results of the various committees and the work of the various departments.

7. The seventh part of the report deals with the work of the various committees and the work of the various departments. It also mentions the results of the various committees and the work of the various departments.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



III – Na execução do serviço:

- 1) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados nas Unidades disponibilizando, a qualquer momento, à **CONTRATANTE** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;
- 2) Responsabilizar-se pelo custeio das ações e serviços no que se refere a materiais de consumo;
- 3) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:
 - a. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - b. Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
 - c. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
 - d. Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
 - e. Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
 - f. Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
 - g. Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
 - h. Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;
 - i. Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.
- 4) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte dos serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;
- 5) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/ Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;
- 6) Incluir, na implantação da imagem corporativa e nos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo das Unidades e ou da Gestão Municipal e da **CONTRATADA**;
- 7) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE**, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- 8) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;
- 9) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido à **CONTRATADA** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;
- 10) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais;
- 11) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades,

Handwritten signature and initials



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para a **CONTRATADA** mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo.

Parágrafo único – Para a execução do objeto deste Instrumento, a **CONTRATANTE** repassará o recurso financeiro à **CONTRATADA** mensalmente, no prazo e condições constantes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, conforme Nota de empenho respectiva, e os recursos necessários à contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

418 – 02.009.10.302.0022.2130.3.3.93.39.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE PROGRAMA

O valor total estimado do contrato é de **R\$ 8.498.499,60 (oito milhões e quatrocentos e noventa e oito mil e quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta centavos)** previstos inicialmente para a sua vigência. Com estimativa mensal de **R\$ 708.208,30 (setecentos e oito mil e duzentos e oito reais e trinta centavos)**.

§ 1º – O valor mensal estimado será composto de uma parcela fixa, correspondente a 2/3 (dois terços) do valor estabelecido, e de duas parcelas variáveis, uma correspondente a 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estando o repasse desta condicionado ao cumprimento de metas em indicadores definidos no ANEXO I, e outra parcela variável referente a prestação de serviços médicos mediante execução atestada pelo Município.

§ 2º – Quaisquer recursos financeiros oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, de custeio e/ou investimento, que exijam complementação pela **CONTRATANTE** além do valor estabelecido no *caput* desta cláusula, deverão ser objeto de análise prévia pela **CONTRATANTE** e aplicados pela **CONTRATADA** respeitando as regras de financiamento, gestão e gerência do Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 3º- Os elementos de precificação deste instrumento contratual foram estabelecidos considerando objetos comuns à composição de custos de cada rubrica. Quando da execução dos serviços, a **CONTRATANTE** deverá se ater ao que estiver delimitado financeiramente nas previsões de cada rubrica e à sua essência, ou seja, itens da mesma natureza, e não deverá considerar necessariamente cada item, objeto ou material de forma nominal, possibilitando a flexibilidade pertencente à essência do contrato ora pactuado, cujo cerne é o cumprimento de metas/indicadores.

§ 4º – A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** poderão acordar a execução de intervenções de aumento de capacidade ou melhoria, investimentos em tecnologias, como instalação de software e mídias, entre outros bem como o reequilíbrio financeiro com as devidas justificativas, as quais incorporarão ao **CONTRATO DE PROGRAMA** e serão objeto de termo aditivo e/ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que prévia e devidamente justificada e precedida de autorização pela Secretaria Municipal de Saúde

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

THE FIRST PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR. IT IS A CONCISE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE SECOND PART OF THE REPORT IS A DETAILED ACCOUNT OF THE WORK DONE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY. IT IS A FULL AND COMPLETE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE THIRD PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR. IT IS A CONCISE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE FOURTH PART OF THE REPORT IS A DETAILED ACCOUNT OF THE WORK DONE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY. IT IS A FULL AND COMPLETE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE FIFTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR. IT IS A CONCISE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE SIXTH PART OF THE REPORT IS A DETAILED ACCOUNT OF THE WORK DONE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY. IT IS A FULL AND COMPLETE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE SEVENTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR. IT IS A CONCISE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE EIGHTH PART OF THE REPORT IS A DETAILED ACCOUNT OF THE WORK DONE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY. IT IS A FULL AND COMPLETE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE NINTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR. IT IS A CONCISE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE TENTH PART OF THE REPORT IS A DETAILED ACCOUNT OF THE WORK DONE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY. IT IS A FULL AND COMPLETE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE ELEVENTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR. IT IS A CONCISE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.

THE TWELFTH PART OF THE REPORT IS A DETAILED ACCOUNT OF THE WORK DONE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY. IT IS A FULL AND COMPLETE STATEMENT OF THE RESULTS OF THE RESEARCH AND OF THE PROGRESS MADE IN EACH OF THE SEVERAL BRANCHES OF THE STUDY.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



§ 5º – Os repasses referentes aos investimentos previstos no parágrafo anterior serão efetuados pela **CONTRATANTE** mediante termo aditivo e/ou processo administrativo específico, onde serão descritos as justificativas e o detalhamento do aporte financeiro a ser realizado, podendo o repasse ser de valor total ou complementar ao investimento que será realizado pela própria **CONTRATADA**.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento referente a esse contrato se divide em dois formatos, sendo compostos por um valor fixo mensal correspondente a 2/3 do valor mensal estimado e por um valor variável mensal correspondente a 1/3 do valor mensal estimado, excetuando o valor dos serviços médicos que também serão faturados como parcela variável, de acordo com o número de plantões realizados.

1. A partir do primeiro mês de contrato, até o dia 10 (dez) de cada mês, deverá ser quitado 2/3 (dois terços) do valor que corresponde à parte fixa, de forma integral, mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela **CONTRATADA**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo;
2. No tocante à parte variável, esta será quitada em 02 (duas) parcelas, devendo a primeira, referente aos serviços médicos, ser paga até o quinto dia útil do mês corrente, de acordo com o número de plantões médicos realizados no mês anterior, e a segunda correspondente ao 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, excetuando o serviços médicos, deverá ocorrer até o último dia do mês corrente;
3. O valor da primeira parcela variável, afetos à prestação de serviços médicos, será apurado de acordo com o relatório de plantões médicos realizados no mês anterior, e atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução dos serviços estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pela **CONTRATADA**;
4. O valor da segunda parcela variável, 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estará condicionada a cumprimento de metas em indicadores estabelecidos, passível de eventuais glosas apuradas no mês de referência, pela Comissão de Avaliação na demonstração de execução mensal;
5. As Metas e os Indicadores poderão ser revistos a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, quando o interesse público e o equilíbrio contratual o exigir, ou havendo Portarias normatizadoras definindo novas metas e/ou indicadores;
6. O desconto previsto no item 4 será aplicado à partir do 3º mês do início do Contrato, em função da necessidade de assegurar a **CONTRATADA** o período necessário para iniciar a prestação de serviços, bem como adequar as operações da entidade aos seus parâmetros funcionais, visando a sustentabilidade do serviço, bem como a continuidade da prestação de serviços pela contratada;

§ 1º. A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da Nota Fiscal em até 2 (dois) dias úteis, casos não haja inconsistências, respeitado o mesmo período de pagamento no caso de ocorrerem correções nesta;

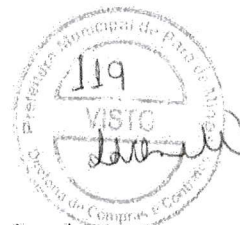
§ 2º - Ficará a cargo do **MUNICÍPIO** o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas;

§ 3º – O valor mensal para o Gerenciamento objeto desse Contrato, bem como seus detalhamentos e divisões por serviços, constará na **TABELA DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS EM SAÚDE (TSPS) DO ICISMEP**, especificamente no quadro que trata da **TABELA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES OU SERVIÇOS DE SAÚDE**, e referente às **UNIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**;

Carolina
M. M. E.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



§ 4º – O valor mensal indicado neste instrumento, o percentual de 5% do total referente à cobertura tributária (PASEP 1%) e aos custos operacionais afetos à gestão da **CONTRATADA**;

§ 5º – Os valores afetos à prestação de serviços médicos plantonistas serão pagos mediante a apresentação de relatórios comprobatório de plantões realizados e atestado pelo município;

§ 6º – Os repasses financeiros afetos às capacitações, cursos e/ou atualizações de profissional será realizado mediante comprovação da realização dos mesmos.

7. A liberação de parcelas de repasse nas datas avençadas no presente contrato é a condição essencial para assegurar à **CONTRATADA** as condições necessárias para a prestação do serviço assistencial de saúde aos usuários, atendendo às condições mínimas constantes no Quadro de Indicadores de Desempenho;

8. Quando constatado a necessidade de aplicação de desconto pelo processo de aferição de desempenho, este deverá ser realizado na competência seguinte à decisão final proferida pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, quando a **CONTRATADA** emitirá a nota fiscal correspondente ao valor do repasse referente ao mês vencido, com cópia do certificado emitido pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do **CONTRATO** contendo a nota da Sistemática de Avaliação de Desempenho relativa ao mês aferido.

CLÁUSULA NONA – DA DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO

A **CONTRATADA** ficará responsável pela apresentação da demonstração da execução mensalmente, feita por duas etapas, a primeira até o dia 10 (dez) do mês corrente, que far-se-á por meio de relatório de prévia da programação de execução de ações assistenciais, para o mês corrente, e a segunda etapa far-se-á em até 20 dias do mês subsequente por meio de relatório pertinente a execução mensal deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, contendo demonstrativos de cumprimento de metas e indicadores, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos, federal, estadual e municipal, trabalhistas e de FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO PELA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** instituirá mecanismos de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, envolvendo as áreas correlacionadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.

Gestor do Contrato: Marilene Patrícia Lopes

Fiscal: Marina Saraiva de Almeida;

Mateus Henrique S. de Paula;

Raianne Stefane do Couto Silveira.

§ 1º – A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA** será executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo composta por:

I – 03 (três) membros indicados pela Secretaria Municipal da Saúde, sendo no mínimo um integrante profissional de saúde.

§ 2º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, deverá analisar a documentação, com respectiva documentação comprobatória apresentadas pela Contratada e emitir Relatório de Conclusão

THE NATIONAL BUREAU OF INVESTIGATION
WASHINGTON, D. C. 20535

TO : DIRECTOR, FBI (100-442654)
FROM : SAC, NEW YORK (100-100000)

SUBJECT: JAMES EARL RAY, AKA
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68

RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68
RE: NEW YORK TELETYPE TO BUREAU, 1/11/68



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



informando o alcance das metas contratualizadas dentro do mês de referência em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento destes, relativos a:

- a) Grau de atingimento das metas acordadas;
- b) Padrão de qualidade na execução dos serviços;
- c) Satisfação do usuário e outros aspectos que entender necessários.

§ 3º – A execução do presente instrumento será acompanhada pelo gestor e fiscal acima especificados, por meio dos dispostos nesse contrato, seus anexos e instrumentos definidos pela **CONTRATANTE**.

§ 4º – A análise da documentação comprobatória do cumprimento das metas dos indicadores contratualizados e a emissão de relatório de Conclusão após o envio da demonstração de execução a **CONTRATANTE** pela **CONTRATADA** será realizada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º – O relatório conclusivo deverá ser objeto de criteriosa análise pela Secretaria Municipal de Saúde, que determinará, à **CONTRATADA**, as correções, que eventualmente se fizerem necessárias, para garantir a plena eficácia do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 6º - A **CONTRATADA** após receber o relatório técnico, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar justificativas, que serão analisadas pela comissão de acompanhamento e fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, emitindo-se o relatório conclusivo que será encaminhado a secretaria municipal de saúde.

§ 7º – Após ciência e aprovação do Parecer Final pela Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo deverá ser encaminhado ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pará de Minas para as providências cabíveis, ficando toda documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitada.

§ 8º - A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório conclusivo no Portal da Prefeitura do Município de Pará de Minas na internet.

§ 9º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dará ciência ao Prefeito e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA – DOS BENS PÚBLICOS

Juntamente à descentralização do serviço, estarão em permissão de uso da **CONTRATADA** todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, os demais bens públicos vinculados à operação e manutenção da Unidade de Pronto Atendimento necessários ao cumprimento do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 1º – A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** farão vistoria dos bens cedidos, e anexarão, no prazo máximo de 30 dias da assinatura do termo de permissão de uso de bens móveis e semipermanentes, constante no Anexo II, inventário do patrimônio a ser cedido à **CONTRATADA**.

§ 2º – A **CONTRATADA** obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens disponibilizados durante toda a vigência deste instrumento, necessários ao bom desempenho do serviço nos termos previstos neste **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 3º – Os bens móveis e semi permanentes públicos permitidos poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que previamente autorizado pela **CONTRATANTE** e que tenha sido providenciada a respectiva avaliação, ficando condicionado à integração dos novos bens ao patrimônio do Município de Pará de Minas.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



§ 4º – Aqueles bens cujo uso não seja mais possível, serão devolvidos à **CONTRATANTE** para que este adote as providências necessárias para a sua baixa no patrimônio da Administração e substituição por outro equipamento em condições de uso.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE CONTROLE DO SISTEMA EXISTENTE

As unidades onde serão executadas o objeto proposto e todo o seu acervo patrimonial serão transferidos para a **CONTRATADA**, através do recebimento da **ORDEM DE INÍCIO**, tornando-se daí em diante, até a extinção deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, de responsabilidade compartilhada entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** a prestação do serviço assistencial de saúde adequado.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá assumir, imediatamente, a execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como, a administração do serviço, qualquer que seja o estado de conservação que se encontre.

§ 1º – Ocorrendo o previsto no sub-item acima, a **CONTRATANTE** assumirá o gerenciamento do serviço com todas as instalações, equipamentos e recursos humanos necessários para regular o funcionamento, sejam pertencentes à **CONTRATADA** e/ou cedidos pela **CONTRATANTE**.

§ 2º – Acontecendo o previsto nos sub-itens anteriores, todas as despesas e custos decorrentes da intervenção passarão a ser de responsabilidade da **CONTRATANTE** até que a intervenção seja suspensa, quando a situação emergencial for superada e/ou regularizada, com a volta da própria **CONTRATADA**, se for o caso, ou com a contratação de outra Instituição de Cooperação de Saúde que venha a substituí-la ou, ainda, com a assunção direta do gerenciamento do serviço pela própria **CONTRATANTE** em caráter definitivo, se essa for a decisão governamental.

§ 3º – O Município possui a prerrogativa, por meio do Controle Interno do Município, de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos financeiros pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros a esses vinculados, bem como, aos bens públicos móveis, semipermanentes e imóveis elencados neste Instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – DAS PENALIDADES

A inobservância, pela **CONTRATADA**, de cláusula ou obrigação constante deste **CONTRATO DE PROGRAMA** e seus Anexos, autorizará o Município de Pará de Minas, através de sua Procuradoria Geral, garantida a plena defesa e o contraditório, a aplicar as sanções previstas nos artigos 156 a 163, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações posteriores, quais sejam:

I- Advertência;

II - Multa;

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

THE FIRST PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1961. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1961.

THE SECOND PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1962. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1962.

THE THIRD PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1963. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1963.

THE FOURTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1964. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1964.

THE FIFTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1965. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1965.

THE SIXTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1966. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1966.

THE SEVENTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1967. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1967.

THE EIGHTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1968. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1968.

THE NINTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1969. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1969.

THE TENTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1970. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1970.

THE ELEVENTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1971. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1971.

THE TWELFTH PART OF THE REPORT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1972. IT IS A SUMMARY OF THE WORK DONE DURING THE YEAR 1972.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



§ 1º – A imposição das penalidades previstas no item 1 será proporcional à gravidade do fato que a motivar, consideradas as circunstâncias objetivas do caso, e dela será notificada a **CONTRATADA**.

§ 2º – A multa, prevista no inciso II, do *caput* desta cláusula, será cobrada segundo os seguintes critérios:

I - Pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, que não diga respeito diretamente à execução do objeto, multa de 0,5% a 1% (de meio ponto percentual até um por cento) referente a média do valor mensal dos serviços contratados nos últimos 3 (três) meses;

II - Pela rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal dos serviços contratados;

III - O valor de eventual multa será descontado dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.

§ 3º – As sanções previstas no inciso I poderá ser aplicada com a sanção prevista no inciso II.

§ 4º – Caberá recurso à Secretaria Municipal de Saúde em face de decisão que aplicar à **CONTRATADA** quaisquer das sanções indicadas nesta cláusula, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de publicação, na imprensa oficial, da decisão recorrida.

§ 5º – A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elide o direito da **CONTRATANTE** de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do Sistema Único de Saúde, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, civil e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA – DA RESCISÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL

A rescisão do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** obedecerá às disposições contidas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações.

§ 1º – Verificada qualquer das hipóteses ensejadoras de rescisão contratual prevista no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Poder Executivo providenciará a revogação dos Termos de Permissão de Uso dos bens públicos e da cessão dos servidores efetivos à disposição da **CONTRATADA**, não cabendo à **CONTRATADA** direito à ressarcimento sob qualquer forma, salvo na hipótese prevista no § 2º, do art. 138, da Lei supracitada.

§ 2º – A rescisão contratual se dará por ato da Secretaria Municipal de Saúde, após manifestação da Procuradoria Geral do Município de Pará de Minas, em processo administrativo, no qual será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa da **CONTRATADA**.

§ 3º – Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATANTE** que não decorra de má gestão, culpa ou dolo da **CONTRATADA**, deverá esta restituir eventual saldo remanescente, dos recursos repassados na forma da cláusula oitava, proporcional ao tempo de prestação de serviço creditado e que não será executado, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do administrativo definitivo que decidir pela rescisão.

§ 4º – Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATANTE**, deverá ser notificado à **CONTRATADA** com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência da data pretendida para a rescisão, contados a partir do recebimento pela **CONTRADA** da notificação de rescisão.

§ 5º – Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATADA**, nas hipóteses dos incisos I a V, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, esta se obriga a continuar executando as atividades e serviços de saúde ora contratados, salvo dispensa da obrigação por parte da **CONTRATANTE**, por um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento pela **CONTRATANTE** da notificação de rescisão.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



PREFEITURA
PARÁ DE MINAS



§ 6º – No caso do previsto nos parágrafos 3º e 4º e no caso de término de vigência, a Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas /Fundo Municipal de Saúde efetuará os repasses devidos até o término da execução do contrato, bem como o pagamento do custo da desmobilização, sem prejuízo da indenização a que a **CONTRATADA** faça jus por eventuais prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

§ 7º – Nos casos de rescisão, extinção ou término deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar à **CONTRATANTE** todas as informações analisadas e armazenadas no software de gestão, bem como, providenciar a transferência de titularidade da licença para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para atender ao disposto neste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a **CONTRATADA** declara que:

I - Dispõe de suficiente nível técnico assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda, especificados nos Anexos que integram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**.

II - Não está sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu representante legal de firmar este **CONTRATO DE PROGRAMA**.

CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** no Diário Oficial do Município e no site oficial do Município de Pará de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

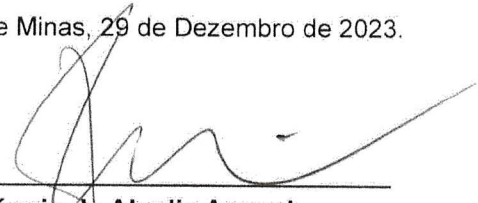
I - As partes **CONTRATANTES** elegem o Foro da Comarca de Pará de Minas, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, que não puder ser resolvida amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem acordes, os representantes das partes assinam o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que alcancem os jurídicos e desejados efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

Pará de Minas, 29 de Dezembro de 2023.


Elias Diniz

pelo Município de Pará de Minas


Eustáquio da Abadia Amaral

Pelo Consórcio Público - Instituição de
Cooperação Intermunicipal do Médio
Paraopeba - ICISMEP


Carolina Moraes G. do Amaral
OAB/RS 167.346

Testemunha 01

Nome: Marcelo Freitas de Oliveira Araújo

Identidade: 116.115.321.915

Testemunha 02

Nome: Leonardo Luciano

Identidade: 302.430.266-09



2. The first part of the report deals with the general situation of the country and the position of the various groups of the population. It is a very interesting and informative study of the social and economic conditions of the country.

3. The second part of the report deals with the political situation of the country. It is a very interesting and informative study of the political conditions of the country.

4. The third part of the report deals with the economic situation of the country. It is a very interesting and informative study of the economic conditions of the country.

5. The fourth part of the report deals with the cultural situation of the country. It is a very interesting and informative study of the cultural conditions of the country.

6. The fifth part of the report deals with the social situation of the country. It is a very interesting and informative study of the social conditions of the country.

7. The sixth part of the report deals with the legal situation of the country. It is a very interesting and informative study of the legal conditions of the country.

8. The seventh part of the report deals with the administrative situation of the country. It is a very interesting and informative study of the administrative conditions of the country.

9. The eighth part of the report deals with the military situation of the country. It is a very interesting and informative study of the military conditions of the country.

10. The ninth part of the report deals with the foreign relations of the country. It is a very interesting and informative study of the foreign relations of the country.

11. The tenth part of the report deals with the future of the country. It is a very interesting and informative study of the future of the country.

12. The eleventh part of the report deals with the conclusion of the report. It is a very interesting and informative study of the conclusion of the report.

13. The twelfth part of the report deals with the appendix of the report. It is a very interesting and informative study of the appendix of the report.

14. The thirteenth part of the report deals with the bibliography of the report. It is a very interesting and informative study of the bibliography of the report.

15. The fourteenth part of the report deals with the index of the report. It is a very interesting and informative study of the index of the report.

16. The fifteenth part of the report deals with the list of figures of the report. It is a very interesting and informative study of the list of figures of the report.

17. The sixteenth part of the report deals with the list of tables of the report. It is a very interesting and informative study of the list of tables of the report.

18. The seventeenth part of the report deals with the list of maps of the report. It is a very interesting and informative study of the list of maps of the report.

19. The eighteenth part of the report deals with the list of photographs of the report. It is a very interesting and informative study of the list of photographs of the report.



ANEXO I
INDICADORES DE PRODUÇÃO E DESEMPENHO

ITEM	AÇÃO	META FÍSICA QUAD.	MÉTODO DE CÁLCULO DO INDICADOR	PONTUAÇÃO
1	Realização das ações de matriciamento para os profissionais da equipes de saúde de Atenção Primária à Saúde Mental.	23	Número de matriciamento realizados / Número de matriciamento da Atenção Primária registrados X 100	10
2	Realização das ações de matriciamento para os profissionais que atuam na Urgência e Emergência em Saúde Mental	6	Número de percentual de matriciamento realizados / Número de matriciamento dos profissionais que atuam na Urgência e Emergência em Saúde Mental realizados X 100	10
3	Realizações de monitoramentos mensais dos procedimentos executados pelas equipes do CAPS II, CAPS ad, ENTRE LAÇOS, Psicólogos da Atenção Primária à Saúde, Psiquiatras da RAPS	80	Número de relatório de monitoramento mensais dos procedimentos executados / Número dos procedimentos executados pelas equipes X 100	10
4	Oferta mínima de 3 oficinas mensais diferentes no Centro de Convivência	100%	Percentual de envio do relatório de realização de oficinas e/ou atividades do serviço à Superintendência Regional de Saúde – SRS / Percentual dos relatórios de realização de oficinas X 100	10
5	Execução do plano de aplicação dos recursos financeiros para supervisão clínico - institucional	100%	Percentual de execução do plano de aplicação dos recursos financeiros para supervisão clínico – Institucional / Percentual do planos de aplicação dos recursos financeiros X 100	10
6	Contratação de Equipe complementar em Saúde Mental para atendimento dos profissionais que compõem a RAPS nos termos da resolução SES/MG nº 7.303/2020	100%	Percentual de parecer Técnico Conclusivo Favorável alcançado pelo município e avaliado pela Superintendência Regional de Saúde – SRS / Percentual de parecer Técnico Conclusivo X 100	10

Carolina

E
Paul
M R

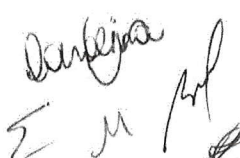


INDICADORES ASSISTENCIAIS E DE QUALIDADE

INDICADOR	META	RESULTADO ESPERADO	CONSIDERAÇÕES	NOTA
Manter quadro de profissionais	Quadro completo de profissionais	Equipe completa	Manter equipe completa com substituição em caso de necessidade	10
Registrar 100% dos profissionais no CNES	100%	CNES atualizado e informado mensalmente à SMS	CNES impresso no primeiro dia útil do mês subsequente, tem que estar assinado e carimbado pelo responsável. Em caso de demissão ou admissão, justificar e regularizar no mês seguinte.	10
Matriciamento	100% dos atendimentos	Atendimento com eficiência e resolutividade	Caso haja problemas no sistema, enviar justificativa e deverá ser aplicado "regra de 3" proporcional ao número de pacientes atendidos com prontuário eletrônico.	10
Fortalecimento da RAPS	Capacitar a RAPS para o atendimento da criança e adolescente e seus familiares	Ações diversas e inovadoras no campo da Saúde Mental	Manter equipe capacitada para atender questões de saúde mental de crianças, adolescentes e seus familiares	10
Fortalecimento da equipe multiprofissional do ambulatório infanto-juvenil	Ampliar o quadro de profissionais capacitados para o atendimento de urgências de saúde mental infanto-juvenil	Atendimento com eficiência e resolutividade	Manter equipe capacitada para atender urgências em questões de saúde mental em crianças, adolescentes e seus familiares	10

INDICADORES PARA MONITORAMENTO DO FORTALECIMENTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E DO PROMOVE MINAS

INDICADOR	META
Média de atendimentos de med/enf por habitante	0,15 consultas / habitante / mês
Percentual de atendimentos de demanda espontânea	40% das de med/enf por mês
Percentual de atendimentos de consulta agendada	35% das consultas med/enf por mês
Número de atendimentos de PICs realizados na APS	600 atendimentos / ano
Percentual dos indicadores da POEPS	Incremento de 03 pontos percentuais


 Daniela

RECEIVED

COMMUNICATIONS

RECEIVED

RECEIVED

TO: DIRECTOR, FBI
FROM: SAC, NEW YORK
SUBJECT: [Illegible]
[Illegible text follows]

RE: [Illegible]
[Illegible text follows]

FOR THE DIRECTOR, FBI
[Illegible text follows]

Ações de promoção realizadas para população-alvo das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde



01 ação / quadrimestre

A pontuação mensal será apurada a partir do somatório da pontuação dos itens 1 a 17, considerando a meta física. Não havendo a meta física no território, considerar o percentual do quantitativo existente.

a) Se o somatório final for entre 80% e 100% - Haverá o repasse subsequente ao mês de referência no valor integral;

b) Se o somatório final for entre 50% e 79,9% - Haverá redução de 20% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência;

c) Se o somatório final for entre 30% e 49,9% - Haverá a redução de 50% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência;

d) Se o somatório final for abaixo de 30% - Haverá a redução de 70% sobre o valor do repasse subsequente ao mês de referência.

Handwritten signature

Handwritten signature

ANEXO II



TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ICISMEP**, QUALIFICADA COMO **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE**, COM O OBJETIVO DE **AUTORIZAR O USO DE BENS MÓVEIS NO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO PROJETO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, NO QUE DIZ RESPEITO A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR, NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG.**

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por Elias Diniz, Prefeito Municipal, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e Wagner Magesty Silveira, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Institucional, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 140/2023, firmado entre o Município de Pará de Minas e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO PROJETO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, NO QUE DIZ RESPEITO A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR, NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente Instrumento tem por objeto ceder e permitir o uso, gratuito dos bens móveis, conforme inventário de bens disponível na sede da Secretaria Municipal de Saúde.
- 1.2. Este Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis é parte integrante do Contrato de Programa 140/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS

- 2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar os bens cedidos exclusivamente para atender aos

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

usuários do Sistema Único de Saúde- SUS.

2.2. O **PERMISSIONÁRIO** deverá guardar/manter os bens cedidos, nas Unidades onde serão executados o objeto proposto no qual estão inventariados.

2.3. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, os direitos de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. A **PERMITENTE** se compromete a:

- a) Por força do presente Instrumento, a **PERMITENTE** cede e permite o pleno uso de todos os bens móveis inventariados no anexo deste Instrumento.

3.2. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a:

- a) Vistoriar os bens ora cedidos, **no prazo máximo de 30 dias** após a assinatura do Contrato de Programa 140/2023, emitindo laudo de vistoria atestando seu bom estado de funcionamento.
- b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento e no Contrato de Programa 140/2023.
- c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.
- d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência da **PERMITENTE**.
- e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos;
- f) Responsabilizar-se pelas despesas com impostos, taxas, multas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os bens cedidos, devendo encaminhar os respectivos comprovantes de recolhimento à **PERMITENTE**.
- g) Informar imediatamente à **PERMITENTE** caso os bens objeto desta Permissão sofram qualquer turbulação ou esbulho por terceiros.
- h) Comunicar à **PERMITENTE**, no prazo máximo de 30 dias, todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas posteriormente a assinatura deste Instrumento.
- i) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o **PERMISSIONÁRIO** citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear a **PERMITENTE** à autoria.
- j) Apresentar Boletim de Ocorrência à **PERMITENTE**, devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.
- k) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, à **PERMITENTE**, com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa 140/2023. A **PERMITENTE** fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Pará de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...



CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

5.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

6.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

6.2. A **PERMITENTE** deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA

7.1. Ocorrendo avaria em qualquer dos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, o **PERMISSIONÁRIO** deverá:

a) Ressarcir a **PERMITENTE** no valor de mercado dos bens, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.

b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.

7.2. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município de Pará de Minas, após prévia avaliação e expressa autorização da **PERMITENTE**, desde que satisfeitas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO

8.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a restituir a **PERMITENTE** todos os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra à rescisão ou a extinção deste Instrumento.

8.2. O **PERMISSIONÁRIO** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

O presente Instrumento tem fundamento na **Lei Municipal**, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente aos contratos administrativos, e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e Contrato de Programa 140/2023.

9.1. Os casos omissos ou excepcionais, assim como as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. Os interessados poderão rescindir o presente contrato de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando os bens ao status que ante.

10.2. Poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

IN SENATE
January 12, 1911.

REPORT OF THE

COMMISSIONERS OF THE LAND OFFICE
IN RESPONSE TO A RESOLUTION PASSED BY THE SENATE
JANUARY 12, 1911.

ALBANY:

THE STATE PRINTING OFFICE, 1911.

Price, 10 CENTS.

For sale by the State Printer.

Accepted for mailing at special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917, authorized on July 1, 1918.

ALBANY:

THE STATE PRINTING OFFICE, 1911.

Price, 10 CENTS.

For sale by the State Printer.

Accepted for mailing at special rate of postage provided for in Act of October 3, 1917, authorized on July 1, 1918.

For sale by the State Printer.

ALBANY:

THE STATE PRINTING OFFICE, 1911.

Price, 10 CENTS.

For sale by the State Printer.



condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Os partícipes elegem o foro de Igarapé como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Pará de Minas, 29 de dezembro de 2023.

Elias Diniz
pelo Município de Pará de Minas

Eustáquio da Abadia Amaral
Pelo Consórcio Público - Instituição de
Cooperação Intermunicipal do Médio,
Paraopeba - ICISMER

Carolina Moraes G. de Almeida
OAB/RN 167.348

Testemunha 01

Nome: João Paulo Nogueira Bastos

Identidade: 4641532975

Testemunha 02

Nome: Fernando Almeida

Identidade: 102430266-09

ANEXO III

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL



TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, POR **INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ICISMEP**, QUALIFICADA COMO **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE**, COM O OBJETIVO DE **AUTORIZAR O USO DOS IMÓVEIS NO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO PROJETO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, NO QUE DIZ RESPEITO A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS/MG.**

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por Elias Diniz, Prefeito Municipal, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e Wagner Magesty Silveira, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Institucional, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 140/2023, firmado entre o Município de Pará de Minas e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NO PROJETO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, NO QUE DIZ RESPEITO A AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente instrumento tem por objeto a cessão e permissão de uso do imóvel, especificamente o espaço destinado aos serviços do projeto para o fortalecimento da rede de atenção à saúde.
- 1.2. Este Termo de Permissão de Uso é parte integrante do Contrato de Programa 140/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DO IMÓVEL

- 2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar o imóvel exclusivamente para atender ao Sistema Único de Saúde - SUS.
- 2.2. O **PERMISSIONÁRIO** não poderá dar qualquer outra destinação ao imóvel, que não seja o funcionamento do projeto proposto, sob pena de responder administrativa, civil e penalmente, na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



3.1. A PERMITENTE se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, dar em cedência e permitir o uso, a título gratuito, o imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Instrumento.

3.2. O PERMISSIONÁRIO se compromete a:

a) Vistoriar o imóvel, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato de Programa 140/2023, emitindo Termo de Vistoria atestando seu bom estado de conservação.

b) Conservar e zelar pelo perfeito estado do imóvel objeto deste Termo, utilizando-o como se lhe pertencesse, conservando-o e fazendo com que seu uso e gozo sejam pacíficos e harmônicos, principalmente com vizinhos, e utilizá-lo de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

c) No caso de rescisão ou extinção do Contrato de Programa 140/2023, restituir o imóvel cedido nas mesmas condições em que o recebeu, respeitada sua depreciação natural e o Termo de Vistoria.

d) Não emprestar, ceder, locar ou de qualquer outra forma repassar a terceiros o imóvel objeto deste Termo, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.

e) Declarar-se ciente de que este Termo se tornará nulo, independentemente de ato especial, sem que lhe seja devida qualquer indenização, caso haja necessidade e comprovado interesse público, de dar destinação diversa, da prevista neste Instrumento, ao imóvel ora cedido.

f) É facultado a **PERMISSIONÁRIA** executar obras complementares no imóvel, ficando condicionada a apresentação de projeto para prévia análise e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E PUBLICAÇÃO

4.1. O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa 140/2023.

4.2. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, por meio de termo aditivo, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto desta Permissão.

4.3. A **PERMITENTE** fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Pará de Minas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

5.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas ao imóvel, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

5.2. A **PERMITENTE** deverá proceder à vistoria no imóvel cedido, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

6.1. O presente Instrumento tem fundamento na Lei Municipal, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente as normas que regem os contratos administrativos e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e no Contrato de Programa 140/2023.

6.2. O presente Termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando o bem ao status quo ante.

7.2. Poderá ser rescindido unilateralmente pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutível.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

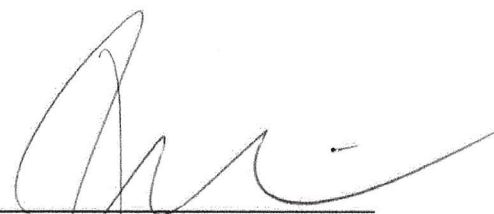
8.1. Os partícipes elegem o foro de Igarapé, como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

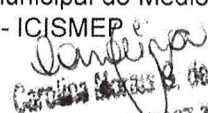
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Pará de Minas, 29 de dezembro de 2023.



Elias Diniz
Pelo município de Pará de Minas



Eustáquio da Abadia Amaral
Pelo Consórcio Público - Instituição de
Cooperação Intermunicipal do Médio
Paraopeba - ICISMEP

Carolina 
CAB/167 340

Testemunha 01

Nome: Miriam Freitas Nogueira Andrade

Identidade: MG 11532975

Testemunha 02

Nome: Leonardo Lucena

Identidade: 102430206 09



THESE ARE THE RESULTS OF THE TESTS CONDUCTED ON THE

TESTS WERE CONDUCTED ON THE 15TH OF MAY 1964

THE RESULTS OF THE TESTS WERE AS FOLLOWS

THE TESTS WERE CONDUCTED ON THE 15TH OF MAY 1964

THE RESULTS OF THE TESTS WERE AS FOLLOWS

THE TESTS WERE CONDUCTED ON THE 15TH OF MAY 1964

THE RESULTS OF THE TESTS WERE AS FOLLOWS

THE TESTS WERE CONDUCTED ON THE 15TH OF MAY 1964

THE RESULTS OF THE TESTS WERE AS FOLLOWS



ANEXO IV

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL FIXO

RECURSOS HUMANOS				
QUANT.	DESCRIÇÃO	CH	SALÁRIO	TOTAL (REM. BRUTA + ENCARGOS + BENEFÍCIOS)
3	ENFERMEIRO COM ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL OU EM CURSO	40H/SEM	R\$ 7.099,39	R\$ 30.811,93
2	ENFERMEIRO	20H/SEM	R\$ 3.549,70	R\$ 11.019,29
21	PSICÓLOGO	40H/SEM	R\$ 4.600,00	R\$ 144.164,49
4	PSICÓLOGO COM ESPECIALIZAÇÃO (OU EM CURSO) EM ATENDIMENTO INFANTO JUVENIL OU EXPERIÊNCIA DE 06 MESES NA ÁREA DE ATUAÇÃO COMPROVADA ATRAVÉS DE RELATÓRIO INSTITUCIONAL.	40H/SEM	R\$ 5.000,00	R\$ 29.581,21
4	PSICÓLOGO COM ESPECIALIZAÇÃO (OU EM CURSO) EM SAÚDE MENTAL OU SUICIDOLOGIA OU EXPERIÊNCIA DE 06 MESES NA ÁREA DE ATUAÇÃO COMPROVADA ATRAVÉS DE RELATÓRIO INSTITUCIONAL.	40H/SEM	R\$ 5.000,00	R\$ 29.581,21
2	ASSISTENTE SOCIAL	20H/SEM	R\$ 1.637,33	R\$ 6.028,61
1	PSICOPEDAGOGO	20H/SEM	R\$ 2.162,42	R\$ 3.696,78
3	ATENDENTE DE FARMACIA	40H/SEM	R\$ 1.613,00	R\$ 8.895,87
2	INSTRUTOR DE OFICINAS MANUAIS COM EXPERIÊNCIA EM CONDUÇÃO DE OFICINAS COLETIVAS	40H/SEM	R\$ 2.509,50	R\$ 8.295,78
1	INSTRUTOR DE OFICINAS MANUAIS COM EXPERIÊNCIA EM CONDUÇÃO DE OFICINAS COLETIVAS	20H/SEM	R\$ 1.254,75	R\$ 2.517,05
1	FARMACÊUTICO COM FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	40H/SEM	R\$ 5.000,00	R\$ 7.395,30
1	FARMACÊUTICO COM FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA EM SAÚDE MENTAL, 05 MESES, COMPROVADA POR DECLARAÇÃO INSTITUCIONAL.	40H/SEM	R\$ 5.000,00	R\$ 7.395,30
2	FARMACÊUTICO	40H/SEM	R\$ 3.500,00	R\$ 10.149,85
1	NUTRICIONISTA COM FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	40H/SEM	R\$ 5.000,00	R\$ 7.395,30
1	NUTRICIONISTA	40H/SEM	R\$ 3.500,00	R\$ 5.074,93
1	FISIOTERAPEUTA COM FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	40H/SEM	R\$ 5.000,00	R\$ 7.395,30

Handwritten signatures and initials.

1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

1944
1945
1946
1947
1948
1949
1950
1951
1952
1953
1954
1955
1956
1957
1958
1959
1960
1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025



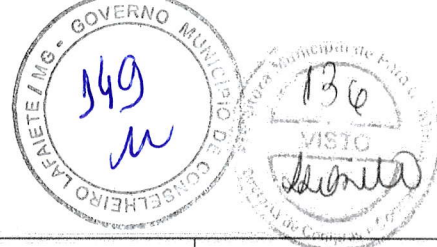
1	TERAPEUTA OCUPACIONAL COM FORMAÇÃO EM PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES	40H/SEM	R\$ 5.000,00	R\$ 7.034,96
9	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	40H/SEM	R\$ 2.232,22	R\$ 30.844,38
5	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	44H/SEM	R\$ 2.232,22	R\$ 18.937,50
1	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40H/SEM	R\$ 1.384,50	R\$ 3.046,04
5	CUIDADORES	12X36	R\$ 1.601,50	R\$ 14.838,67
4	CUIDADORES NOTURNO	12X36	R\$ 1.601,50	R\$ 13.580,85
1	ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE	44H/SEM	R\$ 3.050,24	R\$ 4.490,36
2	VIGIAS NOTURNOS	12X36	R\$ 1.451,80	R\$ 6.321,37
SUBTOTAL RECURSOS HUMANOS				R\$ 418.492,33
COMPLEMENTO DO PISO DA ENFERMAGEM				R\$ 5.901,01
VALOR MENSAL TOTAL RECURSOS HUMANOS				R\$ 424.393,34

LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS			
QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR MENSAL
9	LOCAÇÃO DE NOTEBOOKS E OU ULTRAFINO – NOTEBOOK BÁSICO COM AS CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS: WINDOWS 10 PROFISSIONAL 60 BITS; CLOCK: CONFORME FABRICANTE; DISCO RÍGIDO: SSD 256 GB, MEMÓRIA 8GB DDR 4- 2400 MHZ; TELA 14 POLEGADAS, DISPOSITIVO: WEB CAM 720P; MOUSE ÓPTICO, MALETA, CABO COM TRAVA DE SEGURANÇA.	R\$ 220,00	R\$ 1.980,00
SUBTOTAL LOCAÇÕES			R\$ 1.980,00

DEMAIS DESPESAS	
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 33.104,62
ESTIMATIVA DE MATERIAIS PARA OFICINAS	R\$ 1.695,00
CONFEÇÃO DE CAMISA DE MALHA PERSONALIZADA PARA CAMPANHA, SALDO CONFORME UTILIZAÇÃO	R\$ 2.368,42
SUBTOTAL DEMAIS SERVIÇOS	R\$ 37.168,04

ESTIMATIVA DE CONSULTORIAS			
QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO TOTAL
1	SERVIÇO DE CONSULTORIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL PARA MELHORIA DO PLANEJAMENTO, ESTRUTURAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, VOLTADAS AO FORTALECIMENTO E GESTÃO DA CLÍNICA E DO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.	R\$ 44.736,84	R\$ 44.736,84
03	SUPERVISÃO CLÍNICA PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	R\$ 21.052,63	R\$ 63.157,89

Handwritten signature and initials.



	E REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL PARA MELHORIA DOS PROCESSOS DE TRABALHO COM ÊNFASE EM ATENDIMENTO INFANTOJUVENIL, SUICIDOLOGIA, USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.		
01	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE, COM ÊNFASE NOS PROFISSIONAIS DA APS E RAPS, QUE INCLUIRÁ: COMPRA DE TREINAMENTOS, PAGAMENTO DE PALESTRANTES, DESPESAS COM TRANSPORTE, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO E CUSTEIO DE PARTICIPAÇÃO DE COORDENADORES, REFERÊNCIAS TÉCNICAS OU FACILITADORES EM CURSOS OU CONGRESSOS DE RECONHECIMENTO REGIONAL OU NACIONAL.	R\$ 15.789,47	R\$ 15.789,47
SUBTOTAL CONSULTORIAS			R\$ 123.684,20
VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL			R\$ 587.225,58

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO VARIÁVEL

PLANTÕES MÉDICOS				
DESCRIÇÃO	TIPO DE PLANTÃO	VALOR PLANTÃO	QUANT. PLANTÕES ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
MÉDICO CLÍNICO GERAL	12HS	R\$ 1.693,93	51/MÊS	R\$ 86.390,43
MÉDICO CONSULTOR (RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO MATRICIAMENTO DAS EQUIPES)	12HS	R\$ 1.693,93	5/MÊS	R\$ 8.469,65
MÉDICO HORIZONTAL PEDIATRA	06 HS	R\$ 846,96	9/MÊS	R\$ 7.622,64
VALOR ESTIMADO MENSAL PLANTÕES MÉDICOS				R\$ 102.482,72

SERVIÇOS MÉDICOS			
DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL ESTIMADO	QUANT.	VALOR TOTAL ESTIMADO
MÉDICO CLÍNICO – 40H/SEM	R\$ 18.500,00	1	R\$ 18.500,00
VALOR ESTIMADO MENSAL SERVIÇOS MÉDICOS			R\$ 18.500,00
VALOR ESTIMADO MENSAL SÉRVÇOS E PLANTÕES MÉDICOS			R\$ 120.982,72
VALOR ESTIMADO MENSAL TOTAL			R\$ 708.208,30

Handwritten signature

Handwritten signature

THE
OFFICE OF THE
SECRETARY OF THE
NAVY
WASHINGTON, D. C.
JANUARY 10, 1900

TO THE
HONORABLE
MEMBERS OF THE
NAVY

DEAR SIR:

I have the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 10th inst. in relation to the proposed amendment to the regulations governing the appointment of officers to the grade of Lieutenant Junior Grade. The same has been forwarded to the proper authorities for their consideration.

Very respectfully,
Your obedient servant,
J. D. LONG

JOHN D. LONG
Secretary of the Navy
Washington, D. C.



**PREFEITURA
PARÁ DE MINAS**



**CONTRATO DE PROGRAMA N.º0085/2023
PROCESSO N.º 446144/2023**

CONTRATO DE PROGRAMA PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's, NOSSA SENHORA DA PIEDADE, GRÃO PARÁ, SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SANTOS DUMONT, SÃO PEDRO, TAVARES E WALTER MARTINS/CECÍLIA MEIRELES, COM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS MODULARES ADAPTADAS PARA AS UNIDADES: SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SÃO PEDRO E TAVARES, COM EQUIPE MÉDICA E EQUIPE DE SAÚDE BUCAL PARA AS DEMAIS UNIDADES NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS/MG.

Por este instrumento de contrato, **MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 18.313.817/0001-85, com sede na Praça Afonso Pena, nº 30 – Centro – na cidade de Pará de Minas, neste ato representado por **Elias Diniz**, Prefeito Municipal, portador do RG nº MG-4.590.976 e CPF nº 547.483.306-78 e **Wagner Magesty Silveira**, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG nº MG-5.328.503 e CPF nº 771.014.216-87, tendo em vista o que dispõe as Leis Municipais nº 6.057, de 04 de julho de 2017 e nº 6.258, de 21 de novembro de 2018, em consonância com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 regulamentada pelo Decreto nº 6.107, de 17 de janeiro de 2007 e legislação complementar, **RESOLVE celebrar CONTRATO DE PROGRAMA nos termos do art. 75, inciso XI da Lei nº 14.133/2021 com a INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARA OPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Das Orquídeas, nº 489, bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Institucional, **Sr. Eustáquio da Abadia Amaral**, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, no âmbito municipal, para o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's, NOSSA SENHORA DA PIEDADE, GRÃO PARÁ, SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SANTOS DUMONT, SÃO PEDRO, TAVARES E WALTER MARTINS/CECÍLIA MEIRELES, COM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS MODULARES ADAPTADAS PARA AS UNIDADES: SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SÃO PEDRO E TAVARES, COM EQUIPE MÉDICA E EQUIPE DE SAÚDE BUCAL PARA AS DEMAIS UNIDADES NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS/MG** para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** tem por objeto o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA -ESF's, NOSSA SENHORA DA PIEDADE, GRÃO PARÁ, SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SANTOS DUMONT, SÃO PEDRO, TAVARES E WALTER MARTINS/CECÍLIA MEIRELES, COM LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS MODULARES ADAPTADAS PARA AS UNIDADES: SERINGUEIRAS/SÃO PAULO, SÃO PEDRO E TAVARES, COM EQUIPE MÉDICA E EQUIPE DE SAÚDE BUCAL PARA AS DEMAIS UNIDADES NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS/MG** pela **CONTRATADA**, conforme cláusulas a seguir, as quais passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º – O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia, qualidade e resultados esperados, conforme definidos nos anexos deste instrumento.

§ 2º – A execução material do objeto poderá ser efetivada por contratação de terceiros, mantidas as responsabilidades inerentes à Instituição de Cooperação.

§ 3º – Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, os seguintes anexos:

- Anexo I – Indicadores e Metas;

Handwritten signatures and initials:
- "Lafayette" (signature)
- "E" (initials)
- "emb" (signature)
- "pul" (signature)
- "r" (initials)

